



J P M

*IEPÉ - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
Relatório sobre as Demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

**IEPÉ - INSTITUTO DE PESQUISA E
FORMAÇÃO INDÍGENA**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021



Índice	Página
Relatório dos auditores independentes	03
Balancos patrimoniais	06
Demonstrações de resultados	07
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	08
Demonstrações dos fluxos de caixa	09
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Coordenador Executivo do
IEPÉ - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **IEPÉ - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Entidade)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de agosto de 2023.



CRC 2SP024410/O-5



Deul J. Pereira
Contador 1SP102.800/O-0

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais - R\$)

ATIVO	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.946.991	11.358.560
Adiantamentos e outros créditos	6	239.697	325.880
Despesas antecipadas		-	1.073
		8.186.688	11.685.513
Não circulante			
Imobilizado	7	495.914	477.401
Outras contas a receber		10.800	10.800
		506.714	488.201
Total do ativo		8.693.402	12.173.714
PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO			
Circulante			
Recursos vinculados a projetos	8	5.002.640	8.581.845
Obrigações e encargos sociais	9	580.859	529.236
Contas a pagar		15.415	65.942
		5.598.914	9.177.023
Não circulante			
Receita diferida	3g	436.240	417.726
		436.240	417.726
Total do passivo		6.035.154	9.594.749
Patrimonio líquido			
	10		
Superávit acumulado		2.108.725	1.587.978
Fundo rescisório		645.484	470.240
(Déficit) superávit do exercício		(95.961)	520.747
		2.658.248	2.578.965
Total do passivo e patrimônio líquido		8.693.402	12.173.714

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais - R\$)

RECEITAS	Nota	2022	2021
Receitas de projetos	13	26.842.741	22.386.208
Outras receitas	14	224.719	735.294
		27.067.460	23.121.502
CUSTOS E DESPESAS			
Custos dos programas	15	18.643.908	14.373.557
Despesas administrativas e gerais	16	1.492.764	2.043.665
Despesas com pessoal	17	7.947.935	6.499.579
		28.084.607	22.916.801
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(1.017.147)	204.701
Receita financeira		1.001.129	364.725
Despesa financeira		(79.943)	(48.679)
Resultado financeiro		921.186	316.046
(Déficit) superávit do exercício		(95.961)	520.747

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais - R\$)

	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Fundo rescisório</u>	<u>Superávit (deficit) do exercício</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.536.065	369.450	51.913	1.957.428
Transferencia entre contas	51.913		(51.913)	-
Utilização do fundo rescisório		(25.369)		(25.369)
Acréscimo do fundo rescisório		107.428		107.428
Rendimento financeiro		18.731		18.731
Superávit do exercício			520.747	520.747
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.587.978	470.240	520.747	2.578.965
Transferencia entre contas	520.747		(520.747)	-
Utilização do fundo rescisório		(28.907)		(28.907)
Acréscimo do fundo rescisório		145.659		145.659
Rendimento financeiro		58.492		58.942
Déficit do exercício			(95.961)	(95.961)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.108.725	645.484	(95.961)	2.658.248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais - R\$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais:	2022	2021
(Déficit) superávit do exercício	(95.961)	520.747
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício:		
Aumento do fundo rescisório e rendimento financeiro	204.150	126.159
Utilização do fundo rescisório	(28.907)	(25.369)
Depreciação	129.608	123.988
	208.890	745.525
(Aumento) redução de ativos:		
Outros créditos	86.183	(150.999)
Despesas antecipadas	1.073	889
	87.256	(150.110)
Aumento (redução) de passivos:		
Obrigações e encargos sociais	51.623	184.832
Recursos vinculados a projetos	(3.579.205)	1.090.973
Contas a pagar	(50.526)	51.487
Receita diferida	18.514	27.797
	(3.559.594)	1.355.089
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais	(3.263.448)	1.950.504
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado	(148.121)	(151.785)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(148.121)	(151.785)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(3.411.569)	1.798.719
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	11.358.560	9.559.841
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	7.946.991	11.358.560
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(3.411.569)	1.798.719

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1. Aspectos institucionais

O IEPÉ - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena foi fundado em 2002, sendo uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração por tempo indeterminado, com sede na Rua Professor Monjardino, 19, no município de São Paulo - SP. De acordo com o artigo 5º do estatuto, o IEPÉ tem como finalidade a promoção de ações de:

- Pesquisa, formação e educação voltadas aos povos indígenas que se encontrem em território nacional, inclusive por meio da concessão de bolsas de estudos;
- Valorização e difusão da cultura indígena;
- Gestão ambiental e territorial e treinamento em proteção e fiscalização;
- Pesquisas de antropologia aplicada;
- Acompanhamento e aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas para o bem-estar dos povos indígenas;
- Divulgar, por qualquer meio, informação e conhecimentos produzidos por si ou por terceiros correlatos às suas atividades;
- Assistência Técnica e Extensão Rural Indígena - Ater Indígena;
- O desenvolvimento sustentável e a proteção, defesa, preservação e conservação do meio ambiente em geral;
- Formação e capacitação sobre temáticas relacionadas aos povos indígenas e ao meio ambiente de forma a qualificar gestores públicos, lideranças indígenas ou quaisquer outros agentes interessados.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a ITG 2002, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 30 de agosto de 2023.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são também apresentadas em Real e foram arredondadas com a eliminação de centavos.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outras, a gestão de risco financeiro (nota 4).

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Entidade.

a) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Entidade utilizando taxas de câmbio nas datas das transações. O ganho ou perda de câmbio de itens monetários é a diferença entre o custo da moeda funcional no início do período, ajustado por pagamentos realizados durante o período e o custo em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação das demonstrações contábeis.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente nas datas de origem. A Entidade possui como ativos financeiros não derivativos aqueles registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de negociação baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos.

Outros créditos

São ativos financeiros com pagamentos fixos que não são cotados no mercado ativo, sendo tais ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Posteriormente, se aplicável, os ativos são reduzidos por eventual perda do valor recuperável, através da constituição da provisão para perdas com créditos cuja política utilizada se baseia na avaliação da expectativa de realização dos referidos créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos sem restrição para movimentação e aplicações financeiras que possuem elevado nível de liquidez os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão de compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras correspondem a recursos aplicados em instituições financeiras de primeira linha, às quais estão registradas pelo valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Um passivo é baixado quando suas obrigações foram satisfeitas através da retirada, cancelamento ou pagamento. Como passivos financeiros não derivativos a Entidade possui os fornecedores e outras obrigações.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e incorporado dos encargos em virtude de eventual atraso no pagamento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

c) Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessária. Os ativos recebidos em doação, quando existentes, são mensurados a valor justo. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os ganhos e perdas na alienação ou doação de um item do ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos oriundos da alienação com o valor contábil e são reconhecidos no resultado como outras receitas/despesas operacionais.

Custos subsequentes

Os dispêndios havidos com a reposição de um item componente do imobilizado são considerados no valor contábil desse item, desde que haja expectativa de que trará benefícios econômicos para a Entidade e permite que estes sejam aferidos de maneira confiável. Os gastos normais de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado assim que incorridos.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada sobre o valor depreciável. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de cada item do imobilizado.

As taxas anuais equivalentes à vida útil média estimada dos ativos para o exercício corrente são as seguintes:

Computadores e periféricos	20 %
Máquinas e equipamentos em geral e móveis e utensílios	10 %

Os critérios de depreciação e a estimativa de vida útil são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, sendo os eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

d) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada período de encerramento do exercício para apurar se há indicações objetivas de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros que podem ser estimados de uma maneira confiável.

No caso de haver indicativo de perda de valor, os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, numa frequência anual. A Administração não identificou qualquer indicativo que justificasse a constituição de uma provisão para perda sobre seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

e) Benefícios a empregados

Obrigações a empregados relativamente a benefícios de curto prazo são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Dentre os benefícios oferecidos pela Entidade não há qualquer benefício pós emprego a colaborador que possa gerar uma obrigação futura.

f) Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. Quando aplicável, as provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do encerramento do exercício.

g) Receita diferida

Os recursos decorrentes de projetos que são aplicados na aquisição de ativo imobilizado são reconhecidos como receita diferida no passivo não circulante e são transferidos para o resultado do exercício, conforme o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação ou baixas do ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo era de R\$ 436.240 (R\$ 417.726 em 2021).

Notas explicativas às demonstrações contábeis

h) Reconhecimento de receitas e apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado de acordo com o regime de competência. Para os projetos cujos recursos foram aportados por financiadores que requerem a prestação de contas, as receitas são reconhecidas em valor equivalente aos gastos dos referidos projetos, de modo que seja nulo o resultado do confronto entre as despesas e as receitas apropriadas.

i) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, os rendimentos de juros sobre aplicações financeiras. Os rendimentos são reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras referem-se, entre outras, a tarifas bancárias, encargos sobre pagamentos de tributos e títulos em atraso e imposto sobre operações financeiras.

j) Isenções e renúncia fiscal

A Entidade por ser sem fins lucrativos, enquadrada no art. 15 da Lei nº 9.532/97, é isenta do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL incidentes sobre o superávit do exercício.

4. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco de risco financeiro

As atividades da Entidade a expõem a diversos riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A presente nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos acima.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de um prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros não cumprir com as suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis e de aplicações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para redução desses riscos, a Entidade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. Quanto às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com aquelas de baixo risco.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações contábeis é:

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	7.946.991	11.358.560
Adiantamentos e outros créditos	239.697	325.880
Despesas antecipadas	-	1.073
	<u>8.186.688</u>	<u>11.685.513</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Entidade estar em dificuldades para honrar as suas obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. O foco na administração da liquidez é a de garantir que sempre ela seja suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais, sem causar perdas.

A Entidade apresentava em 31 de dezembro de 2022 um ativo circulante de R\$ 8.186.688 (R\$ 11.685.513 em 2021) para um passivo circulante de R\$ 5.598.914 (R\$ 9.177.023 em 2021), o que representa uma liquidez de R\$ 2.587.774 (liquidez de R\$ 2.508.490 em 2021).

Os vencimentos contratuais de passivos financeiros não ultrapassam o período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o mesmo ocorrendo para os ativos circulantes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio para os recursos recebidos de financiadores do exterior, recebíveis de clientes e taxas de juros para os ganhos obtidos no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados na execução dos projetos. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações no valor dos recursos recebidos e nas receitas financeiras da Entidade.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

O gerenciamento de risco de mercado tem como objetivo administrar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis.

Com relação às taxas de juros, a Entidade realiza seus investimentos em aplicações que apresentam imediata liquidez e remuneração líquida superior a inflação.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	43.290	13.739
Bancos conta movimento	41.853	191.698
Aplicações financeiras (a)	7.861.848	11.153.123
	<hr/>	<hr/>
Total	7.946.991	11.358.560

(a) Aplicação em títulos de renda fixa

6. Adiantamentos e outros créditos

Adiantamentos a empregados	134.819	141.510
Adiantamentos de despesas	482	167.802
Impostos a compensar	104.396	13.075
Recursos de projetos a receber	-	3.493
	<hr/>	<hr/>
	239.697	325.880

Notas explicativas às demonstrações contábeis

7. Imobilizado

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Movimentação em 2022

Custo de aquisição	01.01.2022	Adições	Baixas	31.12.2022
Máquinas e equipamentos	176.012	27.536	-	203.548
Computadores e periféricos	699.210	80.714	-	779.924
Móveis e utensílios	102.747	39.871	-	142.618
	977.969	148.121	-	1.126.090
Depreciação acumulada				
Máquinas e equipamentos	65.586	12.643	-	78.229
Computadores e periféricos	399.533	99.407	-	498.940
Móveis e utensílios	35.449	17.558	-	53.007
	500.568	129.608	-	630.176
Valor líquido	477.401	18.513	-	495.914

Movimentação em 2021

Custo de aquisição	01.01.2021	Adições	Baixas	31.12.2021
Máquinas e equipamentos	148.564	27.448	-	176.012
Computadores e periféricos	604.276	94.934	-	699.210
Móveis e utensílios	73.344	29.403	-	102.747
	826.184	151.785	-	977.969
Depreciação acumulada				
Máquinas e equipamentos	51.031	14.555	-	65.586
Computadores e periféricos	298.485	101.048	-	399.533
Móveis e utensílios	27.065	8.384	-	35.449
	376.581	123.987	-	500.568
Valor líquido	449.603	27.798	-	477.401

Notas explicativas às demonstrações contábeis

8. Recursos vinculados a projetos

A Entidade contabiliza no passivo circulante os recursos recebidos de financiadores e que ainda não foram aplicados nos respectivos Convênios ou Projetos. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo era de R\$ 5.002.640 (R\$ 8.581.845 em 2021), com a seguinte distribuição:

Financiador	2022	2021
Embaixada da Noruega – The Norwegian Ministry of Foreign Affairs	84.265	3.392
RFN/Pacote – Rainforest Foundation Noruega	389	389
Poema – Armut Und Umwelt in Amazonien E.V.	137.947	68.850
Gordon and Betty Moore Foundation	2.251	1.919.365
Fundacion Gaia Amazonas	25.944	-
Ford RCA - Ford Foundation	412.974	778.096
Ford Zoe – Ford Foundation	346.173	1.171.240
TNC OYK 2020 – The Nature Conservancy	23.732	39.975
Nia Tero Solar – Nia Tero Foundation	308.111	1.001.399
Nia Tero Novo – Nia Tero Foundation	2.260.415	-
Nia Tero Filme – Nia Tero Foundation	2.446	-
Embaixada da França – Ambassade de France au Bresil	7.080	7.765
Full Circle – The Full Circle Fund of RSF Social Finance	59	179.301
Race & Equality – International Institute on Race, Equality and Human Rights	66.076	58.238
AFD – Agence Française de Développement	223.706	2.623.457
Fastenopfer RCA – Fastenopfer Action de Careme Azione Quarezimale	27.915	393.014
RFN RCA Foreco – Rainforest Foundation Noruega	38.729	19.104
RFN RCA/Clima – Rainforest Foundation Noruega	24.435	389
RFN IEPE Norad – Rainforest Foundation Noruega	725	2.425
RFN Foreco IEPE – Rainforest Foundation Noruega	1.165	463
União Europeia – The European Commission	185.805	-
Fundação Amazônia Sustentável	43	-
Fundo Amapá – Fundo Brasil para a Biodiversidade	26.163	-
Internews – Internews Network	34.507	-
CLUA – Climate and Land Use Alliance LLC	14.101	-
FORD Organizações – Ford Foundation	528.040	-
GIZ – Deutsche Gesellschaft Fur Internationale Zuzammenarbeit	214.126	-
Unesco – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization	-	26.996
RCA Norad – Rainforest Foundation Noruega	5.318	-
Clima e Sociedade – Instituto Clima e Sociedade – ICS	-	287.987
	5.002.640	8.581.845

Notas explicativas às demonstrações contábeis

9. Obrigações e encargos sociais

	2022	2021
Férias e encargos sociais	549.259	502.227
Obrigações sociais e trabalhistas	30.661	25.369
Tributos a pagar - Folha	424	1.097
Impostos e contribuições	515	543
	<u>580.859</u>	<u>529.236</u>

10. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido do superávit e diminuído do déficit apurados anualmente desde a data da sua constituição.

De acordo com o estatuto social, em caso de dissolução do Instituto, com base em decisão tomada em Assembleia Geral, seu patrimônio será destinado, preferencialmente, a outra ou outras instituições sem fins lucrativos congêneres com personalidade jurídica, sede e atividade em território nacional.

11. Isenção tributária

Tendo em vista que o Instituto não distribui parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica integralmente os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas, ele está imune ao pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre os superávits apurados.

12. Ações cíveis

A Instituição figura no polo passivo de processos cíveis relativos a duas ações no Tribunal de Justiça do Pará na Vara Única de Oriximiná, em decorrência de acidente que resultou em incêndio de três embarcações em porto de responsabilidade da Mineração Rio do Norte, a saber:

- Ação correspondente ao processo nº 0800707-22.2021.8.14.0037, cujo valor da causa é de R\$ 157.348,97, envolvendo quatro polos passivos: IEPÉ, Mineração Rio Norte, AS - Associação dos Povos Indígenas do Mapuera (APIM) e Claudiomiro dos Santos Sena.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

- b) Ação referente ao processo nº 0800675-17.2021.8.14.0037 cujo valor da causa é de R\$ 171.500,00, envolvendo quatro polos passivos: IEPÉ, Mineração Rio Norte, AS - Associação dos Povos Indígenas do Mapuera (APIM) e Claudiomiro dos Santos Sena.

A opinião dos consultores jurídicos é de que não existe risco de perda, sendo esta considerada como possível. Dessa forma, não foi constituída provisão para fazer face ao desfecho de tais processos.

13. Receitas de projetos

Financiador

	2022	2021
RFN Foreco IEPÉ 2021 - Rainforest Foundation Noruega	5.310.602	5.252.913
RFN Norad IEPÉ 2021 - Rainforest Foundation Noruega	2.653.842	1.415.862
Embaixada da Noruega - The Norwegian Ministry of Foreign Affairs	1.197.067	1.302.640
Embaixada da França - Ambassade de France au Bresil	685	1.868.569
Gordon e Betty Moore Foundation	1.917.114	3.150.369
Nia Tero Foundation	6.358.548	5.324.802
POEMA e. V. Armut und Umwelt in Amazonien E.V.	732.567	165.084
TNC - The Nature Conservancy	216.252	412.753
Ford RCA - Ford Foundation	612.747	348.419
RFN Norad RCA - Rainforest Foundation Noruega	1.307.912	883.643
RFN Foreco RCA - Rainforest Foundation Noruega	594.682	590.189
Ford Zoe - Ford Foundation	789.502	161.048
AFD - Agence Française de Développement	2.374.709	-
Clima e Sociedade - Instituto Clima e Sociedade - ICS	287.987	-
Full Circle - The Full Circle Fund of RSF Social Finance	179.243	205.044
Race & Equality - International Institute on Race, Equality and Human Rights	42.663	66.175
Unesco - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization	-	131.430
Fastenopfer RCA - Fastenopfer Action de Careme Azione Quaresimale	485.511	56.163
RFN Foreco IEPÉ - Rainforest Foundation Noruega	-	709.034
RFN RCA Clima - Rainforest Foundation Noruega	623.763	93
União Europeia - The European Commission	605.433	-
Fundo Amazônia Sustentável	53.516	-
CLUA - Climate and Land Use Alliance LLC	53.281	-
INTERNEWS - Internews Network	218.898	-
Fundo Amapá - Fundo Brasil para a Biodiversidade	63.815	-
Fundação Gaia Amazonas	161.966	-
GIZ - Deutsche Gesellschaft Fur Internationale Zusammenarbeit	436	-
Extensão Pacote 2020	-	333.336
Organizações diversas	-	8.642
	26.842.741	22.386.208

Notas explicativas às demonstrações contábeis

14. Outras receitas	2022	2021
Baixa imobilizado da receita diferida	129.608	123.988
Receita de overhead	-	527.965
Outras receitas	18.962	-
Doações Institucionais - Pessoa física	-	9.350
Doação - Pessoa jurídica	76.149	73.991
	<u>224.719</u>	<u>735.294</u>
15. Custos dos programas		
Consultorias	1.446.457	624.571
Serviços	2.832.765	2.448.900
Materiais	4.751.799	5.702.032
Viagens, hospedagem e transportes	8.944.731	5.058.844
Comunicação	378.344	519.503
Outros custos	289.812	19.707
	<u>18.643.908</u>	<u>14.373.557</u>
16. Administrativas e gerais		
Assessoria contábil e jurídica	171.899	201.786
Telefone e comunicação de dados	94.032	183.500
Aluguel e seguro	234.369	186.586
Água, esgoto e energia elétrica	31.206	18.937
Serviços e materiais de manutenção	178.198	127.423
Material de consumo e de escritório	65.006	53.192
Informática: Material, licença software e manutenção	59.196	114.749
Serviço de mensageiro	124.317	82.923
Tributos e taxas	128.466	100.885
Depreciação	129.608	123.987
Representação	193.295	33.304
Outras despesas gerais	83.172	816.393
	<u>1.492.764</u>	<u>2.043.665</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis

17. Despesas com pessoal

a. Folha de pagamento

	2022	2021
Salários	3.092.614	2.574.269
Férias	479.579	339.759
13º salário	272.909	226.368
INSS	948.404	759.119
FGTS	443.787	365.323
PIS	39.050	29.681
Assistência Médica	546.313	430.679
Aviso prévio indenizado	19.114	11.646
Seguro de vida	38.250	32.225
Auxílio alimentação	340.106	177.531
Outras despesas: Estagiários, transporte e exames médicos	151.935	25.066
	6.372.061	4.971.666

b. Consultoria

Consultoria especializada	1.575.874	1.527.913
	1.575.874	1.527.913
	7.947.935	6.499.579

18. Cobertura de seguros

A cobertura de seguros em 31 de dezembro de 2022 foi contratada em valores que a administração julga suficiente para fazer face aos riscos associados aos respectivos ativos. Os bens segurados, no ramo de multiseuro empresarial, abrangem as localidades de São Paulo, Macapá, Oiapoque e Santarém.

Não faz parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, o exame das premissas de riscos adotadas pelo Instituto.

A seguir, são demonstrados os valores segurados:

<u>Cobertura</u>	<u>São Paulo</u>	<u>Macapá</u>	<u>Oiapoque</u>	<u>Santarém</u>
Básica	150.000	130.000	120.000	120.000
Roubo de bens	30.000	25.000	20.000	20.000
Vendaval	10.000	8.000	12.000	12.000
Danos elétricos	15.000	15.000	15.000	15.000